

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.861.871 - SP (2020/0035516-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : LUAN FELIPE CARVALHO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AMANDA PALMIERI FRACAO - DEFENSORA PÚBLICA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por LUAN FELIPE CARVALHO DA SILVA, fundamentado na alínea *a* permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou provimento ao recurso para manter a condenação.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II e V do Código Penal, tendo-lhe sido cominada as penas de 6 (seis) anos e 3 (três) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão, sob regime inicial fechado, e de 14 (quatorze) dias-multa, no valor unitário mínimo legal (e-STJ fls. 301-307).

Em grau de apelação, o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso defensivo para manter a condenação decretada no primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 414-425).

Nas razões do recurso especial, a defesa reputa contrariados os arts. 33, §§ 2º e 3º, e 68 do Código Penal (e-STJ fls. 432-447).

Sustenta que, na terceira fase da dosimetria penal, o magistrado elevou a fração de aumento, fixando-a em 5/12 (cinco doze avos) com fundamento apenas no número de majorantes verificadas no caso concreto.

Alega, ainda, que o regime de pena adequado ao caso concreto seria o semiaberto, visto que o recorrente não é reincidente e sua pena foi fixada em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 459-465), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 468-469), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo desprovimento do recurso especial (e-STJ fls. 479-482)

É o relatório.

Decido.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do tema trazido à discussão no recurso especial, o Tribunal de origem se manifestou da seguinte forma (fls. 414-424):

*Quanto à dosimetria, as penas-base foram fixadas acima do mínimo legal em um terço (1/3) pelas consequências e circunstâncias do delito, sendo que as vítimas não recuperaram os bens, resultando em 05 anos e 04 meses de reclusão, e 13 dias-multa. A audácia e dolo intenso também decorreu do grande número de agentes (3) que roubaram a loja de shopping center no horário do*

*expediente, local onde transitam inúmeras pessoas.*

*Anote-se ainda que o réu possui maus antecedentes (certidão de fls. 205), possuindo condenação pelo delito de roubo qualificado e receptação, mostrando-se adequado e proporcional o aumento da pena básica.*

*Presente a atenuante da menoridade penal (fls. 19 nascimento 18/03/1995), a pena foi reduzida em 1/6, resultando em 04 anos, 05 meses e 10 dias de reclusão, e pagamento de 10 dias-multa.*

*Não há como se acolher o pedido da Justiça Pública de preponderância da reincidência sobre a menoridade, eis que o réu não é reincidente, já que condenado por outro delito praticado em 28/08/2014, com trânsito em julgado para o Ministério Público em 16/05/2016 e para a defesa em 30/05/2016 (cf. Certidão de fls. 205).*

*Na terceira fase, pelas majorantes do concurso de agentes, restrição da liberdade das vítimas e o emprego de arma de fogo incidiram mais 5/12 sobre as penas de forma justificada, vez que essas condutas tornaram mais gravosa a atuação dos agentes, pois impediram eventual reação das vítimas, totalizando 06 anos, 03 meses e 16 dias de reclusão, e pagamento de 14 dias-multa, no mínimo legal.*

*A fração empregada se mostra suficiente diante da presença das três qualificadoras, não havendo como aumentá-la ou reduzi-la.*

*[...]*

*Quanto à fixação do regime para cumprimento da reprimenda imposta, o fechado é o único adequado face ao Princípio da Suficiência, tratando-se de réu com maus antecedentes, por se tratar de crime cometido em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas, sendo que o apelante e seus comparsas abandonaram as vítimas amarradas no estoque da loja. Os apelantes revelaram audácia eis que agiram em superioridade numérica, com violência e grave ameaça, dentro de um shopping center, o que faz merecer maior reprovabilidade de suas condutas e uma terapêutica penal mais rigorosa.*

*[...]*

*Ademais, a fixação do regime não é determinada somente pelo desconto do decurso da pena provisória cumprida, mas também em conformidade com o art. 33, § 3º, e art. 59, ambos do Código Penal. (Original sem destaque)*

É entendimento deste Tribunal Superior que a exasperação da reprimenda na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado

exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes, a teor do enunciado da Súmula n. 443/STJ.

Na hipótese, o Tribunal de origem destacou elementos concretos da conduta imputada ao recorrente, tais como o elevado número de agentes, o uso de arma de fogo, bem como a restrição de liberdade das vítimas, circunstâncias que afastam a incidência do verbete sumular 443/STJ e bem justificam a elevação de 5/12 (cinco doze avos) procedida na terceira etapa da dosimetria.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. FRAÇÃO DE AUMENTO PELAS MAJORANTES SUPERIOR A 1/3. POSSIBILIDADE. MODUS OPERANDI DA CONDUTA. DELITO COMETIDO EM CONCURSO DE TRÊS AGENTES E COM RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*- A dosimetria da pena e seu regime de cumprimento inserem-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.*

*- In casu, a Corte paulista ao fazer menção ao número de qualificadoras, também se referiu ao aspecto qualitativo das majorantes consubstanciado em dados concretos dos autos, haja vista o modus operandi da conduta delitiva que foi realizada em concurso de três agentes e com a restrição da liberdade das vítimas durante cerca de meia hora, o que acarretou maior risco à integridade física das vítimas ante a duração e o poder intimidativo da ação.*

*- Nesse contexto, em que demonstrada a maior periculosidade do paciente, reputo idônea a fundamentação para exasperar a pena na fração de 3/8, motivo pelo qual deve ser mantida a dosimetria realizada pelo Tribunal a quo, pois é consabido que a presença de mais de uma majorante no crime de roubo não é causa obrigatória de aumento da reprimenda em patamar acima do mínimo previsto, a menos que, considerando as peculiaridades do caso concreto, sejam expostos motivos idôneos para tal exasperação (HC n. 265.960/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 25/2/2014, DJe 12/3/2014). Precedentes.*

*- Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no HC 540.991/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 12/12/2019)*

E também:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE E DAS CONSEQUÊNCIAS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. MAJORAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL.*

**LEGALIDADE. REGIME FECHADO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SÚMULAS N. 440 DO STJ E 718 E 719, AMBAS DO STF. OBSERVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

**1. A individualização da pena, princípio haurido diretamente da Constituição Federal, constitui uma das mais importantes balizas do Direito Sancionador e está prevista, também, no art. 59 do Código Penal, o qual fixa os critérios norteadores da quantidade e da qualidade da sanção estatal a ser aplicada em cada caso concreto.**

**2. A fixação da pena-base comporta certa discricionariedade por parte do magistrado e não pode ser sindicada pelas instâncias superiores, salvo no caso de teratologia jurídica ou de flagrante ilegalidade. Isso porque tal procedimento envolve profundo exame das circunstâncias fáticas, razão pela qual é vedado, em regra, revê-lo no âmbito de habeas corpus.**

**3. O Magistrado de primeiro grau - no que foi corroborado pelo Tribunal a quo - aplicou 6 meses para cada circunstância, inferior, portanto, ao coeficiente aceito como razoável e proporcional.**

**4. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Súmula n. 443 do STJ.**

**5. As instâncias de origem apontaram dados fáticos suficientes a indicar a gravidade concreta do crime - na espécie, eram três agentes, os quais eram policiais militares, com emprego de armas de fogo e restrição da liberdade da vítima.**

**6. Não há ilegalidade na fixação do regime inicial fechado quando apontado dado fático suficiente a indicar a gravidade concreta do crime, ainda que o quantum da pena seja inferior a oito anos (art. 33, § 3º, do CP). Respeito às Súmulas n. 440 do STJ e 718 e 719, ambas do STF.**

**7. Agravo regimental não provido.**

**(AgRg no HC 492.393/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 09/09/2019)**

Por fim, no que toca ao regime prisional inicial, extrai-se do julgado recorrido que a presença de circunstância judicial desfavorável – maus antecedentes – e de circunstâncias majorantes que exacerbaram a gravidade concreta do fato justificam a imposição da forma mais gravosa.

O recorrente, por sua vez, não buscou impugnar o motivo apresentado pela instância ordinária para fixar o regime inicial fechado, tendo-se limitado a afirmar que a medida pautou-se pela gravidade abstrata do crime.

Desse modo, rescai evidente que a falta de impugnação específica e tempestiva do referido fundamento tornou preclusa a discussão sobre a matéria, viabilizando a estabilização do acórdão recorrido nesta parte.

No caso, inevitável admitir a incidência do óbice assinalado pela Súmula n. 283/STF, segundo a qual, "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL E CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. REJEIÇÃO**

DA DENÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ATIPICIDADE DA CONDUTA DO DELITO AMBIENTAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 41 DO CPP. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

*I - Aplica-se o óbice previsto no enunciado n. 283 da Súmula do col. Supremo Tribunal Federal na hipótese em que o recorrente deixa de impugnar especificamente fundamento que, por si só, é suficiente para manter a decisão recorrida. Precedentes.*

[...]

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1833278/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 03/12/2019)*

Igualmente:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. SENTENÇA REFORMADA PELO TRIBUNAL REGIONAL. DESMATAMENTO DE 19,49 HECTARES. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF.*

*1. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado, bem como a subsistência de fundamentos inatacados, aptos a manter a conclusão do acórdão impugnado, conduzem ao reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284/STF. Inúmeros precedentes.*

*2. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no AgRg no AREsp 1586677/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 12/03/2020)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço em parte** do recurso especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro JORGE MUSSI  
Relator